

## ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA AMAPÁ PREVIDÊNCIA – COFISPREV DO ANO 2024

Aos trinta dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, no Plenário Conselheiro Fernando Cezar Pereira da Silva do Conselho Estadual de Previdência, sito à rua Binga Uchôa, nº 10, Centro, Macapá -AP, às quinze horas e vinte e cinco minutos, teve início a primeira reunião ordinária do Conselho Fiscal da Amapá Previdência – COFISPREV, coordenada pelo Presidente, senhor Elionai Dias da Paixão, o qual cumprimentou os conselheiros. Com a palavra à secretária, Senhora Josilene de Souza Rodrigues, efetuou a leitura do **ITEM 01– Edital de Convocação** número três, o qual convocou os Conselheiros para fazerem-se presentes nesta sessão. **Verificação de quórum.** Foram chamados nominalmente os Conselheiros na seguinte ordem: **Elionai Dias da Paixão (Titular), Adriene Ribeiro Benjamin Pinheiro (Titular), Helton Pontes da Costa (Titular), Arnaldo Santos Filho (Titular), Francisco das Chagas Ferreira Feijó (Titular), Jurandil dos Santos Juarez (Titular).** **Justificativa de ausência.** Não houve. Decidido a inversão de pauta, passando para o **ITEM 03 -** Apreciação e Aprovação da Ata da 16ª Reunião Extraordinária de 2023, realizada no dia 26/09/2023. O arquivo foi enviado com antecedência para leitura e eventual correção. Após o Presidente colocou a Ata em votação. **Aprovada por unanimidade de voto a Ata da 16ª Reunião Extraordinária de 2023.** **ITEM 04 –** Apreciação e Aprovação da Ata da 9ª Reunião Ordinária de 2023, realizada no dia 27/09/2023. O arquivo foi enviado com antecedência para leitura e eventual correção. Após o Presidente colocou a Ata em votação. **Aprovada por unanimidade de voto a Ata da 9ª Reunião Ordinária de 2023.** **ITEM 05 –** Apreciação e Aprovação da Ata da 17ª Reunião Extraordinária de 2023, realizada no dia 19/10/2023. O arquivo foi enviado com antecedência para leitura e eventual correção. Após o Presidente colocou a Ata em votação. **Aprovada por unanimidade de voto a Ata da 17ª Reunião Extraordinária de 2023.** Registrado a presença da Diretora Financeira, Senhora Lucélia Quaresma, Chefe da Divisão de Arrecadação em substituição, Senhor Josué Alves de Souza Júnior. Retornando ao **ITEM 02 –** Apresentação das informações atualizadas no Processo nº 2023.135.801355PA – acompanhamento do Conselho Fiscal da Amapá Previdência dos Acordos de Parcelamentos de contribuições Previdenciárias. (Diretora Financeira Atuarial, Sra. Lucélia Quaresma). O Conselheiro Helton explicou que o presente processo retornou para este Conselho com as informações atualizadas, a participação da Diretora, Sra. Lucélia Quaresma, tem por objetivo de explanar e sanar qualquer dúvida dos autos. Com a palavra, a Diretora explicou as informações juntadas no processo através do Ofício nº 130204.0077.1575.0010/2024 DIAR – AMPREV, 16 de janeiro de 2024. **Planilha ANEXO I CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA EXERCÍCIO DE 2021, 2022 E 2023 PLANOS FINANCEIRO E PREVIDENCIÁRIO PARTE SEGURADO E PATRONAL.** A Diretora explicou que as informações estão detalhadas nas planilhas contendo: poder, mês, exercício, secretaria, plano, pagamento e saldo devedor no mês e a soma total. Informou ainda, que alguns valores atrasados estão em tratativas de acordo (2021, 2022 e 2023), o mês de dezembro e segunda parcela do 13º salário de 2023 encontram-se dentro do prazo para o recolhimento. **RESUMO DO DÉBITO DAS CONTRIBUIÇÕES CORRENTES DOS EXERCÍCIOS DE 2021, 2022 E 2023 PLANOS - FINANCEIRO E PREVIDENCIÁRIO, PATRONAL E SEGURADO, VALORES DEVIDOS SEM ATUALIZAÇÃO, TOTAL DO DÉBITO DE CONTRIBUIÇÃO CORRENTE ATÉ 31/12/2023 POR PODER: PODER EXECUTIVO:** SEGURADO e PATRONAL, exercício de 2021 valor de R\$ 76.285.272,85 (setenta e seis milhões duzentos e oitenta e cinco mil duzentos e setenta e dois reais e oitenta e cinco centavos); exercício de 2022 R\$ 207.715.112,31 (duzentos e sete milhões setecentos e quinze mil cento e doze reais e trinta e um centavos); exercício de 2023 R\$ 276.994.308,76 (duzentos e setenta e seis milhões novecentos e noventa e quatro mil trezentos e oito reais e setenta e seis centavos), total do Poder Executivo de 2021, 2022 e 2023 R\$ 560.994.693,92 (quinhentos e sessenta milhões novecentos e noventa e quatro mil seiscentos e noventa e três reais e noventa e dois centavos). **PODER LEGISLATIVO:** Exercício de 2022 R\$ 804,14 (novecentos e quatro reais e quatorze centavos); Exercício de 2023 R\$ 41.572,34 (quarenta e um mil quinhentos e setenta e dois reais e trinta e quatro



56 centavos), dezembro e 13º salário de 2023 - vence 31/01/2024 de R\$ 1.896.269,40 (um  
57 milhão oitocentos e noventa e seis mil duzentos e sessenta e nove reais e quarenta  
58 centavos), total do poder legislativo de 2022 e 2023 R\$ 1.938.645,88 (um milhão novecentos  
59 e trinta e oito mil seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta e oito centavos); **MINISTÉRIO**  
60 **PÚBLICO**: dezembro e 13º salário de 2023 - vence 31/01/2024 R\$ 3.723.520,26 (três milhões  
61 setecentos e vinte e três mil quinhentos e vinte reais e vinte e seis centavos); **TRIBUNAL DE**  
62 **JUSTIÇA**: dezembro e 13º salário de 2023 - vence 31/01/2024 R\$ 4.499.193,49 (quatro  
63 milhões quatrocentos e noventa e nove mil cento e noventa e três reais quarenta e nove  
64 centavos), total do débito de contribuição previdenciária R\$ 571.156.053,55 (quinhentos e  
65 setenta e um milhões cento e cinquenta e seis mil cinquenta e três reais e cinquenta e cinco  
66 centavos). A Diretora destacou que os valores são registrados através de relatório no formato  
67 de balanço, os valores pendentes de repasse são atualizados e registrados, as cobranças são  
68 feitas através de ofício. O Conselheiro Helton destacou que ficou claro quanto as tratativas de  
69 acordo dos valores dos exercícios 2021, 2022 e 2023, mas questionou como ocorre os  
70 procedimentos de registros de cobranças dessas contribuições deixadas de repassar em  
71 partes ou na sua totalidade. A Diretora explicou que o setor realiza a atualização do valor, e  
72 encaminha a minuta do ofício em anexo o boleto com nova data de vencimento e valor, o  
73 Gabinete oficializa para os entes. O Conselheiro Helton explicou que o questionamento se dar  
74 devido um documento que consta no processo, que estão tratando, em que responsabilizam o  
75 desligamento de uma ex-servidora antes de resolver pendências de informações de acordos  
76 de parcelamentos, por este motivo entende importante o registro das informações seja de  
77 formas sistemática ou física, para a continuidade dos trabalhos do setor mesmo havendo  
78 substituição. A Diretora frisou que são muitas as demandas, mas estão tratando com  
79 responsabilidade, fizeram o levantamento das informações, estão buscando a reabilitação do  
80 sistema, e a equipe consegue repassar as informações conforme demonstrado nessa sessão.  
81 O Conselheiro Helton questionou como se dar a validação dos valores repassados das  
82 contribuições previdenciárias. A Diretora informou que alguns órgãos encaminham relatórios  
83 através de e-mail institucional, aproximadamente quatros anos a AMPREV vem tratando da  
84 integração dos sistemas para que tenha acesso a base de dados, a gestão atual vem  
85 realizando reuniões consecutivas com os entes tratando desse objetivo. O Conselheiro Feijó  
86 questionou qual o procedimento de registro dos valores que deixaram de ser repassados para  
87 a AMPREV, e se incide correção. A Diretora respondeu que fica registrado na contabilidade  
88 como créditos a receber e incide correções, fica em aberto até o efetivo repasse. Passando  
89 para a apresentação das planilhas ANEXO II - ACORDOS DE PARCELAMENTOS  
90 EXERCÍCIOS – 2015, 2018, 2021 E 2022 PLANOS FINANCEIRO E PREVIDENCIÁRIO  
91 PARTE SEGURADO E PATRONAL CIVIL E MILITAR. As planilhas apresentam todos os  
92 acordos e suas respectivas parcelas pagas e não pagas até 31/12/2023. O Presidente Elionai  
93 questionou qual a quantidade de acordos e se todos estão regulares no CADPREV da  
94 Secretaria de Previdência. A Diretora informou que o Poder Executivo possui 33 (trinta e três)  
95 acordos, Assembleia Legislativa possui 4 (quatro) e 2 (dois) do Tribunal de Justiça, apenas 9  
96 (nove) são extrajudicial e não estão homologados no CADPREV. O Conselheiro Arnaldo  
97 questionou se existe algum risco para a emissão do Certificado de Regularidade  
98 Previdenciária – CRP do estado. A Diretora informou que essa situação não é de hoje, está  
99 se buscando a regularização para que o estado retorne a obter o CRP administrativamente,  
100 por enquanto encontra-se emitido conforme determinação judicial. Após apresentou a planilha  
101 com o detalhamento dos acordos, resumo débito Governo do Estado em aberto 30 de  
102 dezembro de 2023: total de acordos em atraso R\$ 674.185.288,96 (seiscentos e setenta e  
103 quatro milhões cento e oitenta e cinco mil duzentos e oitenta e oito reais e noventa e seis  
104 centavos), total de corrente em atraso R\$ 555.553.499,85 (quinhentos e cinquenta e cinco  
105 milhões quinhentos e cinquenta e três mil quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e  
106 cinco centavos), total do grau hierárquico corrente em atraso não previdenciário R\$  
107 9.251.400,87 (nove milhões duzentos e cinquenta e um mil quatrocentos reais e oitenta e sete  
108 centavos) e Total de aluguel corrente e em atraso não previdenciário R\$ 1.520.697,17 (um  
109 milhão quinhentos e vinte mil seiscentos e noventa e sete reais e dezessete centavos), total  
110 de acordos vigentes de todos os entes R\$ 1.240.510.886,85 (um bilhão duzentos e quarenta



111 milhões quinhentos e dez mil oitocentos e oitenta e seis reais e oitenta e cinco centavos). O  
112 Presidente Elionai questionou a situação dos acordos de cada poder, se estão regularem  
113 quanto a adimplência. A Diretora respondeu que os dois acordos com o Tribunal de Justiça do  
114 Estado estão regulares, Assembleia Legislativa dois estão adimplentes e dois inadimplentes,  
115 Poder Executivo vinte e nove acordos estão regulares e nove são extrajudiciais estão em fase  
116 de regulamentação. O Conselheiro Helton questionou o procedimento adotado para  
117 cobranças de parcelas de acordos pendentes de pagamento. A Diretora informou que os  
118 boletos são emitidos com os valores atualizados, o pagamento é somente através de boletos  
119 emitidos pela Diretoria Financeira da AMPREV, a baixa desses valores é automaticamente no  
120 sistema. O Conselheiro Helton parabenizou pelo avanço, anteriormente o ente repassava os  
121 valores e havia a obrigação de informar a AMPREV o detalhamento dos repasses. O  
122 Presidente Elionai questionou se tem como identificar nos balancetes todos os trinta e nove  
123 acordos, conforme demonstração. A Diretora informou que nos balancetes constam os  
124 acordos com os valores total de cada ente, o detalhamento e o controle estão nos relatórios  
125 gerenciais, cada acordo tem sua especificidade conforme demonstrado nas planilhas e  
126 juntado no processo de acompanhamento do Conselho Fiscal. O Conselheiro Helton  
127 questionou se os acordos estão disponíveis no portal da transparência da AMPREV. A  
128 Diretora informou que os acordos não, mas estão demonstrados nos relatórios gerenciais  
129 postados no portal da transparência da instituição, nos balancetes e balanço. Após o  
130 Presidente fez um resumo do que foi apresentado dos valores recebíveis durante os meses,  
131 dividindo em três grupos: 1 – Os valores correntes, apurado mensal e lançados a crédito e  
132 depois baixados; 2 Os valores aportado do Grau hierárquico e dos alugueis; e 3 – Os acordos  
133 firmados, sendo dois tipos: os acordos formais que estão no CADPREV e os extrajudiciais. O  
134 Conselheiro Helton se portou a página 33 do processo, que trata do Ofício nº  
135 130204.0077.1572.0031/2023 DIFAT – AMPREV, que trata de informações dos Acordos de  
136 nº 586/2018, nº 587/2018 e nº 588/2018 registrados no CADPREV - Sistema de Informações  
137 dos Regimes Públicos de Previdência Social (previdencia.gov.br), na reunião em que foi  
138 tratado esse assunto, a senhora Oricelia Matias – Chefe da Divisão de Arrecadação, informou  
139 que trata de acordos lançados de forma equivocada e que estavam tomando providências  
140 para o cancelamento, desta forma, solicitou esclarecimentos da atual situação desses  
141 registros no sistema. A Diretora informou que encaminharam o processo, está aguardando as  
142 análises, não estão tendo problema na base do CADPREV, estão realizando as tratativas  
143 necessárias para o cancelamento, esses acordos registrados não são válidos. O Conselheiro  
144 Helton solicitou a inclusão das informações no processo de acompanhamento do Conselho,  
145 apenas uma questão de registro e controle das informações. Exaurido as abordagem, o  
146 Presidente destacou que será feito os relatos das observações, considerações, e sugestões,  
147 dentro da competência do colegiado, após será encaminhado para a Diretoria Financeira. Em  
148 seguida o colegiado agradeceu a disponibilidade da Diretora Financeira, Senhora Lucélia  
149 Quaresma, acompanhada do Chefe da Divisão de Arrecadação em substituição, Senhor  
150 Josué Alves. A Diretora se colocou à disposição, destacou que os esclarecimentos são  
151 necessários, e que o objetivo é fazer um trabalho tranquilo, honrado, sem intercorrências.  
152 Após os convidados se retiraram da sessão. Dando continuidade, o Presidente registrou que  
153 diante da posse das informações no processo e esclarecimentos realizado pela equipe  
154 técnica, cabe uma análise do colegiado dentro da competência prevista. Os Conselheiros  
155 avaliaram a reunião de forma muito proveitosa, é um assunto delicado de ser tratado, mas a  
156 apresentação e discussão se deu de forma tranquila e esclarecedora, cabe agora o Conselho  
157 analisar e se manifestar dentro de suas competências cabíveis. Registrado a distribuição do  
158 Processo nº 2023.135.801355PA – acompanhamento do Conselho Fiscal da Amapá  
159 Previdência dos Acordos de Parcelamentos de contribuições Previdenciárias, para relatoria  
160 do Conselheiro Francisco Feijó. **ITEM 06 – Comunicação dos Conselheiros.** Não houve.  
161 **ITEM 07 – O que ocorrer.** Não houve. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente do  
162 COFISPREV agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião exatamente às dezessete  
163 horas e cinquenta e um minutos, da qual eu, Josilene de Souza Rodrigues, Secretária, lavrei  
164 a presente ata, que será assinada pelos Senhores Conselheiros presentes e por mim.  
165 Macapá – AP, 30 de janeiro de 2024.



166  
167 Elionai Dias da Paixão  
168 **Conselheiro Titular – Presidente**  
169  
170 Adrilene Ribeiro Benjamin Pinheiro  
171 **Conselheira Titular/Vice-Presidente**  
172  
173 Helton Pontes da Costa  
174 **Conselheiro Titular**  
175  
176 Arnaldo Santos Filho  
177 **Conselheiro Titular**  
178  
179 Jurandil dos Santos Juarez  
180 **Conselheiro Titular**  
181  
182 Francisco das Chagas Ferreira Feijó  
183 **Conselheiro Titular**  
184  
185 Josilene de Souza Rodrigues  
186 **Secretária**

